

**12º CONCURSO
2000**

PROVA ESCRITA GERAL

Todas as questões devem ser justificadas mencionando-se, sempre que for o caso, a legislação pertinente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão (50 pontos)

Responder objetiva e sucintamente as alíneas (10 pontos cada):

- a) Cabe indenização na instituição de servidão administrativa?
- b) Discorra, brevemente, sobre os momentos do exercício do poder de polícia.
- c) Distinga “discrecionabilidade” de “conceito jurídico indeterminado”.
- d) Quais os modos de desfazimento do ato administrativo?
- e) A decisão a que se refere o art. 49, V, da Constituição Federal abrange o mérito do ato regulamentar?

2ª Questão (50 pontos)

Visando à garantia de independência de agência reguladora recentemente criada, lei estadual conferiu aos respectivos dirigentes “mandatos a termo”, em cuja vigência os nomeados na gestão governamental anterior foram exonerados, sem embargo da previsão legal que lhes garantiria o exercício, a termo prefixo, de suas funções. Impugnado judicialmente o ato governamental, como você se posicionaria em defesa do Estado como Procurador?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão (50 pontos)

Conceitue questão prejudicial, apontando uma hipótese em que ela justifica a suspensão do processo.

2ª Questão (50 pontos)

Ação anulatória de débito fiscal, antecedida de medida preparatória de caução de títulos da dívida pública, suspende a execução fiscal anteriormente ajuizada?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (50 pontos)

Medida provisória, lei ordinária e regulamento. Estabeleça distinções entre o conteúdo material dessas espécies normativas.

2ª Questão (50 pontos)

Qual o principal fundamento da posição do Estado e da posição do Município no tocante à competência para a prestação do serviço de distribuição de água?

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (50 pontos)

Pode a pessoa jurídica pleitear indenização por dano moral? Justificar a resposta.

2ª Questão (50 pontos)

Paulo, em ação de despejo por falta de pagamento, purga a mora mediante cheque. Tendo o cheque sido devolvido por falta de provisão, pode ser decretado o despejo? Justificar a resposta.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (50 pontos)

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispõem de competência para instituir uma mesma taxa?

2ª Questão (50 pontos)

Pode a Administração Tributária Estadual autuar contribuinte pelo não pagamento do ICMS relativo a fatos geradores ocorridos nos 10(dez) anos anteriores à data de autuação?

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

1ª Questão (50 pontos)

Empregado admitido por empresa pública estadual em 01.09.1988 aposentou-se espontaneamente em 30.09.1998, prosseguindo a prestação de serviços até 30.04.1999, quando desligado sem o pagamento dos títulos vinculados à extinção do contrato de trabalho. Inconformado, propôs reclamação postulando a reintegração no emprego ou, alternativamente, o pagamento do aviso prévio e da multa de 40% do FGTS, além da entrega de guia para levantamento dos depósitos.

Apresente os argumentos da defesa de empresa pública.

2ª Questão (50 pontos)

Empregado de empresa pública estadual ajuizou reclamação trabalhista visando a sua reintegração com pedido de tutela antecipada, sob o fundamento de que era ilegal a sua dispensa. O órgão jurisdicional deferiu a tutela antecipada sem a prévia oitiva da Reclamada.

Comente, fundamentadamente, a decisão do órgão jurisdicional, estritamente quanto aos aspectos processuais, indicando a via adequada para impugnar a decisão concessiva da tutela antecipada.

PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão (20 pontos)

O Governador do Estado, em março de 2000, declara por motivo de inconstitucionalidade a nulidade de ato administrativo concessivo de gratificação a servidor público estadual, praticado este em março de 1990.

O beneficiário do ato, todavia, se insurge contra a extinção perpetrada, alegando a prescrição da pretensão da Administração Pública Estadual de exercer a autotutela.

Comente o caso proposto, narrando as principais questões jurídicas envolvidas no tema.

2ª Questão (20 pontos)

Sociedade de economia mista estadual, que tem por finalidade gerir terminais rodoviários, dá em locação à sociedade denominada "PADARIA DOIS IRMÃOS LTDA", imóvel integrante de seu patrimônio, localizado no "Terminal ABC". Em ação popular ajuizada por determinado cidadão, alega-se que o negócio jurídico celebrado seria *nulo*, ao fundamento único de que não se observou a norma de decreto estadual que impunha a prévia autorização do Governador do Estado para as locações de imóveis de empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais.

Assim posta a questão, que argumentos você utilizaria em defesa da validade do contrato de locação (considerando que, de fato, não houve a aludida autorização do Chefe do Executivo)?

3ª Questão (20 pontos)

Posteriormente à celebração de um contrato administrativo tendo por objeto obra pública de grande vulto, que exigiu realização de concorrência, revela-se ter o ajuste resultado de conluio comprovado entre os agentes da administração que conduziram o procedimento em todas as suas fases e a empresa contratada. A descoberta do conluio sobreveio 6 (seis) meses depois de já iniciada a execução do contrato.

Equacione a hipótese sugerida, abordando indispensavelmente os seguintes aspectos:

- a) Que **forma** deveria ter revestido obrigatoriamente o contrato em questão?
- b) Que vício ou vícios teriam eivado o contrato e que consequências deles podem advir para a administração pública e para a empresa?

4ª Questão (20 pontos)

Mencione e comente algumas peculiaridades e mecanismos próprios do controle dos atos emanados do Poder Público não aplicáveis aos atos de natureza privada.

5ª Questão (20 pontos)

A União, exercendo competência prevista no artigo 22, XI, da Constituição Federal e objetivando conter paralisação no transporte de cargas, resolve editar decreto concedendo isenção do pagamento de pedágio em rodovias federais, estaduais e municipais à categoria dos caminhoneiros. Que consequências jurídicas podem advir desta decisão?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão (20 pontos)

Analise, objetivamente, o instituto da conexão no Código de Processo Civil.

2ª Questão (20 pontos)

A propósito da Ação Civil Pública, responda objetivamente:

1. há legitimação ativa do Ministério Público para a tutela de direitos individuais homogêneos?
2. É cabível declaração incidental de inconstitucionalidade?
3. Conceituando o Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC, quais as consequências advindas de sua celebração no curso do processo.

3ª Questão (20 pontos)

O Banco X propôs ação monitória em face de Y, que embargou o mandado monitório sob a alegação de pagamento.

O pedido monitório foi julgado procedente, sendo deflagrada a execução com base no título judicial daí advindo.

Pergunta-se: pode o devedor oferecer embargos à execução arguindo a novação da dívida, ocorrida antes da propositura da monitória?

4ª Questão (20 pontos)

O Estado do Rio de Janeiro propôs ação condenatória em face de Giulio, requerendo prova pericial que lhe foi negada. Interposto o recurso de agravo de instrumento, o Estado sustentou a necessidade fática da prova e a violação do devido processo legal. O órgão colegiado negou provimento ao agravo, sob o fundamento de que é lícito e discricionário ao juízo determinar as provas que entender necessárias, deixando de pronunciar-se sobre a questão da violação do devido processo legal. A ausência da prova e a iminência do desaparecimento dos vestígios dos fatos impediriam o Estado de comprovar a extensão do dano gravíssimo que sofreu.

Indique fundamentadamente, os instrumentos processuais cabíveis para que o Estado possa produzir a referida prova necessária.

5ª Questão (20 pontos)

A propósito da declaração de inconstitucionalidade de uma lei, através do incidente regulamentado pelos artigos 480 e 482 do Código do Processo Civil, pergunta-se:

- a) do julgamento do órgão competente a respeito do incidente cabe algum recurso. Qual? Por que?
- b) o resultado desse incidente pode servir para um outro processo semelhante? Por que?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (20 pontos)

Comente objetivamente:

- a) os critérios clássicos de solução de conflitos de leis;
- b) a necessidade da ponderação de valores ou de interesses na solução de conflitos entre normas constitucionais.

2ª Questão (20 pontos)

Com fundamento em norma constante de Medida Provisória, reeditada pela sexagésima vez, o Presidente da República expede regulamento dispondo sobre a execução daquele ato normativo. Por não ter ainda ocorrido a conversão em lei, discute-se no Congresso Nacional a respeito da questão, tendo sido apresentado projeto de decreto legislativo sustando o ato do Executivo. Dê sua opinião acerca do assunto.

3ª Questão (20 pontos)

Emenda à Constituição do Estado prevê:

- 1) dever de comparecimento do Governador à Assembléia Legislativa para depor em CPI;
- 2) possibilidade de o Governador aposentar compulsoriamente servidor com mais de 35 anos de serviço e pelo menos 65 anos de idade;
- 3) o crédito automático em conta própria dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, dos duodécimos correspondentes à sua dotação orçamentária.

Comente a constitucionalidade de cada uma das inovações.

4ª Questão (20 pontos)

As agências reguladoras de serviços públicos têm competência para alterar leis anteriores à sua criação que dispõem acerca de tais serviços?

5ª Questão (20 pontos)

Lei Orgânica de determinado Município fluminense inclui, dentre as matérias de iniciativa privativa do Prefeito, a apresentação de projeto de lei sobre o uso e a ocupação do solo urbano.

Exercendo tal iniciativa, o Prefeito enviou à Câmara Municipal projeto de lei acerca da matéria. O projeto, todavia, foi alterado por emenda parlamentar que reduziu o gabarito máximo das construções de dez para cinco andares. Aprovado com a emenda apresentada, o projeto foi sancionado sem ressalvas, seguindo-se a promulgação e a publicação da lei.

Posteriormente, o Prefeito ajuizou representação de inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça, arguindo especificamente a inconstitucionalidade do dispositivo da lei que havia sido objeto da emenda, por alegada violação do princípio constitucional da independência dos poderes.

O Procurador-Geral do Estado foi chamado a officiar no feito, nos termos do artigo 162, § 3º, da Constituição Estadual, tendo sido suscitadas, nesta oportunidade, dúvidas quanto à constitucionalidade do próprio dispositivo da Lei Orgânica. Dê a sua opinião acerca da procedência ou não da representação, bem como se está o Procurador-Geral do Estado obrigado a defender a validade da norma.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (20 pontos)

O Governador do Estado do Rio de Janeiro pretende constituir, por decreto, sociedade de economia mista para explorar a venda de sorvetes nas praias cariocas. Pretende mais que o Estado seja titular de 40% do capital votante, oferecendo os restantes 60% à subscrição pública e que a sociedade não tenha empregados, mas que o seu pessoal seja constituído exclusivamente de funcionários públicos. Chamado a manifestar-se sobre a legalidade da proposição, faça-o de forma sucinta.

2ª Questão (20 pontos)

A empresa MACERATA, concessionária de gás, diante do significativo inadimplemento de tarifas por parte de seus usuários, decide cortar o fornecimento dos serviços aos inadimplentes, após notificação concedendo prazo de dez dias para o pagamento. É lícito o procedimento da companhia?

3ª Questão (20 pontos)

Tício prometeu doar ao Estado do Rio de Janeiro o seu acervo filatélico, tendo o Estado se comprometido com terceiro a participar, com referido acervo, em exposição internacional a realizar-se em 31/12/1999. Tício não cumpriu a obrigação e o Estado inadimpliu seu compromisso com o terceiro, que pretende receber perdas e danos do Estado. No caso de efetivar-se essa responsabilidade, é lícito ao Estado indenizar-se contra Tício?

4ª Questão (20 pontos)

Cabe pedido de restituição de bem alienado fiduciariamente, mas não arrecadado em poder do falido?

5ª Questão (20 pontos)

Existe contradição entre o § 2º do art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil e o art. 118 do Código Civil?

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (20 pontos)

Quais são as diferenças entre os princípios da proporcionalidade, progressividade e seletividade no direito tributário?

2ª Questão (20 pontos)

Tributo estadual foi instituído e cobrado ao longo de 3 (três) anos. Ajuizada ação direta de inconstitucionalidade, comente as consequências jurídicas das duas hipóteses abaixo:

- revogação da lei tributária na véspera do julgamento;
- mantida a lei em vigor, vem a ser declarada inconstitucional.

3ª Questão (20 pontos)

Responda fundamentadamente:

- a) Qual o conceito de “legislação tributária”.
- b) É possível conceder anistia mediante Portaria de Secretário de Estado?
- c) A Administração Tributária pode relevar multa por descumprimento de obrigação acessória?

4ª Questão (10 pontos)

Na venda de mercadoria para entrega futura, com pagamento de preço na data da assinatura do contrato, em que momento ocorre o fato gerador do ICMS?

5ª Questão (10 pontos)

A lei do Estado “X” dispõe o seguinte:

“Art. 1º - O fato gerador do ICMS é a saída de mercadorias do estabelecimento comercial, industrial ou produtor, ainda que com destino a estabelecimento do mesmo titular.

(...)

Art. 20 – O imposto não incide:

I – sobre a saída, do estabelecimento comercial ou industrial, de material hospitalar destinado a hospitais cujos pacientes sejam, em quantidade não inferior a 20% do total dos internados em um ano, atendidos gratuitamente;

II – sobre a saída, do estabelecimento comercial, industrial ou produtor, de bens dados em comodato;

(...)”.

Responda, fundamentadamente, se os incisos I e II, do artigo 20, tipificam hipóteses de isenção ou de não-incidência.

6ª Questão (10 pontos)

Comente a constitucionalidade de lei estadual, segundo a qual a taxa judiciária será calculada mediante aplicação de certa alíquota sobre o valor da causa, sem a fixação de qualquer limite.

7ª Questão (10 pontos)

A Distribuidora de Combustíveis S.A., estabelecida no Rio de Janeiro, RJ, vende combustível ao Posto Triângulo Ltda., situado em Uberlândia, MG. Ao encaminhar a mercadoria ao estabelecimento adquirente, deixa de fazê-la acompanhar por nota fiscal, exigida pela legislação fluminense, e, por isso, sofre auto de infração lavrado pela Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro, em que se aplica multa à Distribuidora de Combustíveis S.A. pelo descumprimento daquela exigência.

Sendo a venda em questão imune ao ICMS (art. 155, inciso X, letra “b”, da Constituição Federal), a empresa se defende, argumentado que, por um princípio geral de direito, a obrigação acessória segue o destino da principal, sendo, portanto, indevida a emissão da nota fiscal cuja falta motiva a imposição da multa.

Exponha os argumentos da Fazenda, cotejando os conceitos compreendidos na hipótese.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

1ª Questão (20 pontos)

Dissertação:

Alteração unilateral do contrato de trabalho pela Administração Pública.

2ª Questão (20 pontos)

Que conseqüências jurídicas pode vir a sofrer o empregador que suprimir o trabalho suplementar ininterruptamente prestado pelo empregado durante 24 (vinte e quatro) meses?

3ª Questão (20 pontos)

Empregado de empresa prestadora de serviço ajuíza demanda em face de autarquia estadual, formulando pedidos sucessivos, a saber: reconhecimento de existência de relação direta de emprego e pagamento de obrigações inadimplidas pela prestadora.

Aponte os principais fundamentos de defesa da autarquia.

4ª Questão (20 pontos)

Numa reclamação trabalhista, o Estado não interpôs Recurso Ordinário, deixando de recorrer, também, o Reclamante.

Em sede de duplo grau obrigatório de jurisdição, a sentença foi reformada pelo TRT, impondo-se ao Estado uma condenação mais gravosa.

Responda, fundamentadamente, como Procurador do Estado, quais as medidas processuais cabíveis na hipótese.

5ª Questão (20 pontos)

Em execução de sentença contra empresa pública, veio a ser penhorado bem imóvel do Estado.

Opostos embargos de terceiros, foram os mesmos julgados improcedentes, decisão esta mantida em segunda instância, sob o fundamento de que havia responsabilidade solidária.

Como Procurador do Estado, analise a medida processual pertinente.